

Primeira Parte

*AS BARREIRAS
DA COR*

Aspectos da Questão Racial*

Nos últimos vinte anos tem surgido uma volumosa bibliografia sobre a situação racial brasileira. O principal motivo desse interesse foi um projeto de pesquisa, de que foi intermediário pela Unesco o inescrutável Alfred Métraux, e que conseguiu no Brasil a colaboração de especialistas como Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Aníela Ginsberg, Virginia Bicudo e outros... Esse projeto, de 1951, permitiu que se conhecesse melhor aquilo que se poderia chamar de "realidade racial brasileira". Em seguida, ele foi ampliado, através de pesquisas encetadas pela Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao sul do Brasil. Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira estenderam as indagações a uma

* Artigo escrito para *O tempo e o modo*, Lisboa, para ser publicado no número de novembro-dezembro de 1966.

área na qual a proporção de negros na população é a menor em todo o Brasil e em que a escravidão se manifestou de modo peculiar.

O que se descobriu? Na verdade, a hipótese sustentada pelo dr. Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do "preconceito racial", teve de ser revista, mau grado o empenho da Unesco pela confirmação da hipótese. Ao que parece, essa instituição alimentava o propósito de usar o "caso brasileiro" como material de propaganda. Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de "forma democrática" no Brasil, por que o mesmo processo seria impossível em outras regiões? Não obstante, o que é uma democracia racial? A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de "boa" organização das relações raciais? Doutra lado, o que é mais importante para o "negro" e o "mestiço": uma consideração ambígua e disfarçada ou uma condição real de ser humano econômica, social e culturalmente igual aos brancos? Além disso, se os brasileiros conhecem um clima de tolerância racial, praticando um código de decoro nas relações em que entram em contato como "brancos", "mestiços" e "negros", não seria melhor que esse fato tivesse importância em si mesmo, independentemente de qualquer fantasia a respeito de uma "igualdade racial" que não poderia existir numa sociedade recém-egressa da escravidão e na qual a concentração da riqueza, do poder e do prestígio social abre um fosso intransponível mesmo nas relações de diferentes segmentos da "população branca"?

Neste pequeno artigo, não possuo espaço suficiente para tratar de todos os aspectos suscitados pelas perguntas, que me foram formuladas por *O Tempo e o modo*. Por isso, já que a bibliografia sobre o assunto pode esclarecer os leitores mais interessados no aprofundamento do debate,¹ vou limitar-me a emitir certas opiniões sobre três temas levantados por aquelas perguntas: 1) a natureza do comportamento do brasileiro diante do "problema racial"; 2) o que há de mito e de realidade atrás da ideia de uma "democracia racial brasileira"; 3) o que o futuro parece reservar ao Brasil em matéria de "integração racial". Essas opi-

¹ A parte essencial dessa bibliografia vai reproduzida a seguir, como contribuição do autor aos leitores interessados em aprofundar a presente análise.

niões se fundam em fatos ou em conclusões extraídas de fatos. Contudo, são ainda assim meras opiniões. Não quero apresentar-me como o paladino da verdade. Nesse assunto, as controvérsias vêm de longe. Já Perdigão Malheiro se refere "ao preconceito mais geral contra a raça africana",² como "preconceito de nossa sociedade"; e, depois dele, muitos foram os que assinalaram os aspectos sombrios do chamado "*mundo que o português criou*". A tais autores, que eu chamaria de realistas, se opõem fortemente os que acreditam mais nas "boas intenções" que na qualidade de ações. Não lhes quero fazer a injustiça que eles nos fazem, de supor que seja mentira ou inverdade (para não dizer falsidade) tudo que não puder ser sancionado por convicções que deitam raízes nas racionalizações exploradas pelos senhores de escravos para legitimar moralmente a escravidão. O ângulo em que se colocam garante certa veracidade a algumas de suas opiniões e expõe de modo extremamente favorável o melhor lado do clima de convivência inter-racial imperante no Brasil. Lamento, apenas, que não tenham compreendido que também defendem apenas opiniões e que no campo da investigação científica o que permite selecionar as opiniões não são as convicções de origem etnocêntrica, mas a convergência dos resultados positivos de pesquisas autônomas, igualmente rigorosas. Quanto ao mais, não é só a democracia racial que está por constituir-se no Brasil. É toda a democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política. Para que ela também se concretize no domínio das relações raciais, é mister que saibamos clara, honesta e convictamente o que tem banido e continuará a banir a equidade nas relações de "brancos", "negros" e "mestiços" entre si. A chamada "tradição cultural brasileira" possui muitos elementos favoráveis à constituição de uma verdadeira democracia racial. Esta ainda não existe, porém, e nunca existirá se os dados das investigações científicas não forem aceitos objetivamente e aproveitados de forma concreta na construção de uma sociedade multirracial cujos modelos ideais não estão (nem poderiam estar) no passado ou no presente, que dele flui e o reproduz sob muitos aspectos.

2 Cf. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil, ensaio histórico-jurídico-social*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1866, vol. I, p. 206-208.

O preconceito de não ter preconceito

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do "preconceito de cor" é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratica). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do *ethos* católico, e o fato dela se manifestar com maior intensidade no presente se prende à desagregação da ordem tradicionalista, vinculada à escravidão e à dominação senhorial. No passado, escravidão e dominação senhorial eram os dois fatores que minavam a plena vigência dos *mores cristãos*, compelindo os católicos a proclamar uma visão do mundo e da posição do homem dentro dele, e a seguir uma orientação prática totalmente adversa às obrigações ideais do católico. Embora as transformações recentes não tenham sido suficientemente profundas, o próprio desaparecimento da escravidão e da dominação senhorial como forma de relação racial criaram condições favoráveis ao dismantelo da ordem tradicionalista e à emergência de atitudes, comportamentos e avaliações sociais mais conforme ao cosmos moral do catolicismo.

Contudo, na situação imperante nos últimos quarenta anos (de 1927 até hoje, particularmente focalizada pela pesquisa que realizei em colaboração com o professor Roger Bastide), tem prevalecido uma considerável ambiguidade axiológica. Os valores vinculados à ordem social tradicionalista são antes condenados no plano ideal que repelidos no plano da ação concreta e direta. Daí uma confusa combinação de atitudes e verbalizações ideais que nada têm a ver com as disposições efetivas de atuação social. Tudo se passa como se o "branco" assumisse maior consciência parcial de sua responsabilidade na degradação do "negro" e do "mulato" como pessoa, mas, ao mesmo tempo, encontrasse sérias dificuldades em vencer-se a si próprio e não recebesse nenhum incentivo bastante forte para obrigá-lo a converter em realidade o ideal de fraternidade cristão-católico. O lado curioso dessa ambígua situação de transição aparece na saída espontânea que se deu a esse drama de consciência. Sem nenhuma espécie de farisaísmo consciente, tende-se a uma acomodação contraditória. O "preconceito de cor" é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratica do que para quem seja sua vítima. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, po-

rêm, é tida como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (mantendo-se como algo "íntimo"; que subsiste no "recesso do lar"; ou se associa a "imposições" decorrentes do modo de ser dos agentes ou do seu estilo de vida, pelos quais eles "têm o dever de zelar"). Embora o "negro" e o "mulato" façam contraponto nesses arranjos pelos quais o sistema de valores está sendo reorganizado, eles não são considerados de maneira explícita. Ao contrário, ficam no *background*, numa confortável amnésia para os "brancos". Assim, a pressão verdadeiramente compulsiva, que poderia dar outro conteúdo às vacilações e às ambigüidades axiológicas relacionadas com as avaliações raciais, acaba sendo neutralizada *ab initio*. Os aspectos verdadeiramente dramáticos e injustos da situação são eliminados, atenuados ou esquecidos, como se não competisse ao branco operar com uma balança de dois pratos.

Não é meu objetivo analisar essa complexa polarização. Gostaria de indicá-la para situar aquilo que merece atenção especial neste debate. Do ponto de vista e em termos da posição sociocultural do "branco", o que ganha o centro do palco não é o "preconceito de cor". Mas uma realidade moral reativa que bem poderia ser designada como o "preconceito de não ter preconceito". Minado em sua capacidade de agir acima das normas e dos valores ideais da cultura, em vez de condenar a ideologia racial dominante, construída para uma sociedade de castas e de dominação escravista, e além do mais incompatível com os requisitos econômicos, psicossociais e jurídico-políticos da sociedade de classes em consolidação, o "branco" entrega-se a um comportamento vacilante, dubio e substancialmente tortuoso. Ao contrário do branco "racista", não possui fé em suas razões ou omissões; a ideologia racial dominante mantém-se menos pelas identificações positivas, que pelos subterfúgios através dos quais ela se insere em tudo o que o "branco" acredita, pensa ou faz. Surge, assim, o espantinho da "questão racial" como um risco da imitação, das influências externas ou do complexo do negro. Ignorando a natureza do drama real das populações negras e mestiças, o papel que a escravidão teve para criar esse drama, os deveres da fraternidade cristã, os imperativos da integração nacional numa sociedade de classes etc., o "branco" propende a um típico ajustamento de "falsa consciência". Em lugar de procurar entender como se manifesta o "preconceito de cor" e quais são seus efeitos reais, ele suscita o perigo da absorção do racismo,

ataca as "queixas" dos negros ou dos mulatos como objetivação desse perigo e culpa os "estrangeiros" por semelhante "inovação estranha ao caráter brasileiro".

Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o "preconceito de não ter preconceito". Através de processos de mudança psicossocial e sociocultural reais e sob certos aspectos profundos e irreversíveis, subsiste uma larga parte da herança cultural, como se o brasileiro se condenasse, na esfera das relações raciais, a repetir o passado no presente. Esse mecanismo adaptativo só se tornou possível porque as transformações da estrutura da sociedade, apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e a ordem racial que ele presumia. Todavia, o simples fato de que tal mecanismo tenha vigência indica uma realidade histórica tormentosa. Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para "esquecer o passado" e para "deixar que as coisas se resolvam por si mesmas". Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do "negro" e do "mulato", a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco.

A "democracia racial" como mito e realidade

A idéia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das "grandes famílias" – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do "mulato". O fundamento pecuniário da escravidão e certos efeitos severamente proscritos, mas incontornáveis da miscigenação, contribuíram para que se operasse uma espécie de mobilidade social vertical por infiltração, graças à qual a composição dos estratos raciais dominantes teve de adquirir certa elasticidade.

No entanto, mau grado a extensa variabilidade do fenômeno ao longo do tempo e do espaço, tomou-se a miscigenação como índice de integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igual-

dade raciais. Ora, as investigações antropológicas, sociológicas e históricas mostraram, em toda parte, que a miscigenação só produz tais efeitos quando ela não se combina a nenhuma estratificação racial. No Brasil, a própria escravidão e as limitações que pesavam sobre o *status* do liberto convertiam a ordem escravista e a dominação senhorial em fatores de estratificação racial. Em consequência, a miscigenação, durante séculos, antes contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade racial. É preciso que se tenha em conta que na antiga sociedade escravista o "escravo" não era uma entidade social mais necessária que o "liberto". Existiam amplas zonas de diferenciação social, concernentes a ocupações ou a atividades que só o homem semi-livre poderia realizar e que não interessariam ao homem livre dependente. O mestiço, com frequência, ofereceu o contingente demográfico que permitia saturar tais posições sociais e que eram essenciais para o equilíbrio do sistema de dominação escravista. Fora e acima desse nível, a miscigenação teria de envolver a transmissão da posição social das parentelas senhoriais, com suas propriedades, possibilidades de mando e probabilidades de poder. Esse fenômeno se deu, mas em escala muito reduzida e quase sempre sob a influência de fatores fortuitos, já que a resistência contra tal efeito era consciente, obrigatória e organizada. O contrário seria abolir a própria estrutura em que repousava a diferenciação, a integração e a continuidade da ordem racial pressuposta pelo regime escravista vigente.

Por isso, à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da "raça dominante" – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. Os casos que afetavam a composição das "grandes famílias" não constituíam problema. Não só eram pouco numerosos: as famílias possuíam recursos suficientes para educar os mestiços à imagem da figura do senhor. Por conseguinte, eles eram socializados para serem e agirem como "brancos", o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando. O problema aparecia no outro nível: com os libertos, negros ou mestiços e com seus descen-

dentes. No contexto da sociedade escravista, esses tipos humanos já apareciam associados a oportunidades sociais que equivaliam, formalmente, a uma mudança de *status*. Além disso, entregues a si mesmos, eles trabalhavam com frequência (a menos que fossem absorvidos pela economia de subsistência) pela conquista de posições sociais mais altas, intensificando os estreitos mecanismos de mobilidade social vertical de que dispunha a sociedade escravista. A questão consistia, literalmente, em obter a identificação desses indivíduos aos interesses e valores sociais da "raça dominante". Como o controle do início e do fim de tais mecanismos se concentravam nas mãos de representantes dessa "raça", tal problema foi resolvido de forma pacífica e eficiente. Criou-se e difundiu-se a imagem do "negro de alma branca" – o protótipo do *negro leal*, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente. Embora essa condição pudesse ser, ocasionalmente, rompida no início do processo, nenhum "negro" ou "mulato" poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a semelhante figurino. Dai o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da "população de cor" que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da "boa cepa" ou do "bom exemplo" do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do "negro" de igualar-se ao "branco". Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da exceção que confirma a regra. Forneciam as evidências que demonstrariam que o domínio do negro pelo branco é em si mesmo necessário e, em última instância, se fazia em benefício do próprio negro.

Por aí se vê o que resultou da ordem social vinculada à escravidão. Como não podia deixar de suceder, miscigenação e mobilidade social vertical operavam-se dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social, na qual elas preenchiam funções sociais relevantes para a diferenciação e a continuidade da estratificação racial engendrada pela escravidão. Após a Abolição, sem que se manifestasse qualquer tendência ou processo de recuperação humana do negro e do mulato, esses fenômenos foram focalizados à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva. Passou-se a ver

nesses fenômenos a matriz da democracia racial e a fonte de solução pacífica para a questão racial no Brasil. A parte o que haja de verdade em tais verbalizações, o fato é que ainda hoje a miscigenação não faz parte de um processo societário de integração das "raças" em condições de igualdade social. A universalização do trabalho livre não beneficiou o "negro" e o "mulato" submersos na economia de subsistência (o que, aliás, também aconteceu com os "brancos" que fizessem parte desse setor); mas, nas condições em que se efetuou, em regra prejudicou o "negro" e o "mulato" que faziam parte do sistema de ocupações assalariadas, mais ou menos vitimados pela competição com o emigrante. O resultado foi que, três quartos de século após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos da "população de cor" que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem. As evidências a respeito são conclusivas³ e indicam que ainda temos um bom caminho a andar para que a "população de cor", sob hipótese de crescimento econômico contínuo e de persistência da livre competição inter-racial, alcance resultados equivalentes aos dos brancos pobres que se beneficiaram do desenvolvimento do país sob o regime do trabalho livre.

Acresce não só que não se processou uma democratização real da renda, do poder e do prestígio social em termos raciais. As oportunidades surgidas foram aproveitadas pelos grupos melhor localizados da "raça dominante", o que contribuiu para aumentar a concentração racial da renda, do poder e do prestígio social em benefício do branco. No contexto histórico surgiu após a Abolição, portanto, a idéia da "democracia racial" acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as "populações de cor" nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O "negro" teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao "branco", o problema era dele – não do "branco". Sob

3 Sobre o assunto cf. especialmente L. A. Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro*, cap. III; Florestan Fernandes, *A integração do negro à sociedade de classes*, p. 100-133.

"negro" e o "mulato" de forma irremediável e sistemática. Esses três elementos abrem novas possibilidades, pois com a crescente oportunidade de emprego o negro conta, pela primeira vez, com probabilidades de ascensão social que o classificam na própria estrutura da sociedade de classes; e com as tendências de suavização dos critérios de avaliação racial o negro deixa de ser, inexoravelmente, a mera "exceção que confirma a regra". Essas potencialidades são significativas e, se continuarem a se expandir, o Brasil poderá converter-se na primeira grande democracia racial do mundo criado pela expansão da civilização ocidental moderna.

As perspectivas futuras

Essas conclusões são altamente promissoras. Entretanto, são notórios os efeitos de certas influências que contrariam a viabilidade e a normalidade de tal desenvolvimento. As peculiaridades do Brasil, a esse respeito, também são notáveis. O risco, no caso brasileiro, não procede (pelo menos por enquanto) do agravamento das tensões raciais e das perspectivas (pelo menos imediatas) de uso crônico do conflito racial como técnica de mudança. Ele provém da persistência de estruturas arcaicas que atravessam mais ou menos incólumes as grandes transformações que estão afetando a sociedade brasileira. Aqui, é preciso atentar para o fato de que a modernização não se processa de forma igualmente homogênea em todas as esferas da vida social. A implantação da ordem social competitiva teve consequências profundas, principalmente para o desenvolvimento econômico e a orientação do capitalismo numa direção típica do mundo moderno. Todavia, a ordem social competitiva não se impôs por igual em todo o Brasil. De um lado, seu desenvolvimento rápido coincidiu com a expansão do café e com o surto urbano-industrial do Sul. Ela beneficiou os círculos da "raça dominante" que ocupavam posições estratégicas na estrutura de poder econômico e político e, numa extensão um pouco menor, de início, os imigrantes europeus. De outro lado, ela alimentou o comportamento inovador das elites no poder e dos grupos ascendentes de modo confinado. Ninguém se preocupou com as questões que caíam fora das exigências mais prementes das condições econômicas, políticas e jurídicas da expansão do capita-

a égide da idéia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. Ao mesmo tempo, assim que surgiram condições para que o *protesto negro* eclodisse (logo depois da primeira grande guerra e, em particular, no fim da década de 1920), tais manifestações foram proscrias como se constituíssem um "perigo para a sociedade". Em consequência, as primeiras manifestações espontâneas do "negro" na luta por certas condições de igualdade racial em bases coletivas eclodiram no vazio, não sensibilizaram o "branco" e não chegaram a dinamizar nenhum mecanismo eficiente (ou tendência atenuada que fosse) de democratização racial da renda, do prestígio social e do poder.

Esse quadro revela que a chamada "democracia racial" não tem nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das "populações de cor", constitui um mito cruel. Ainda assim, mau grado os contornos negativos desse quadro, existem certos elementos potencialmente favoráveis à emergência e à consolidação de uma autêntica democracia racial no Brasil. Primeiro, na economia de subsistência, para onde refluíu grande parte da população de origem escrava ou mestiça, o nivelamento é um fato incontestável e contribuiu (ou está contribuindo) para eliminar os efeitos econômicos, sociais e culturais das diferenças raciais. Segundo, o desenvolvimento econômico recente (inicialmente, da industrialização acelerada no Sul, a partir de 1945; em seguida, com a política de recuperação econômica do Nordeste e de outras áreas em que a população mestiça é preponderante) tem favorecido, mais que no passado, a "população de cor". Os dados mostram que os seus componentes contam, atualmente, com oportunidades comparáveis às aproveitadas pelos imigrantes no fim do século passado e no começo do século XX. Embora isso já seja uma desvantagem, significa oportunidades de emprego e de integração no sistema de classes. Terceiro, com a desagregação da ordem escravista, se não houve um aumento rápido da tolerância racial, por causa da persistência do antigo padrão tradicionalista de relações raciais, ocorreu pelo menos um abalo nos focos que mantinham as barreiras sociais que separavam as "raças". Daí resultou um abrandamento ou uma atenuação dos critérios intransigentes de avaliação racial, que prejudicavam o

lismo (no âmbito da proteção do café e do estímulo ao surto industrial). As contradições sociais herdadas do passado e que entravavam a integração do "negro" e do "mulato" à ordem social competitiva emergente não interessavam senão à "população de cor", de resto a única diretamente prejudicada por aquelas contradições. Não é de estranhar, pois, que os setores favorecidos pela dinamização do desenvolvimento capitalista voltassem as costas ao drama humano dos descendentes dos ex-escravos e, ainda mais, que ignorassem as implicações negativas da falta de integração da sociedade nacional no nível das relações raciais. Eles não se mostraram sensíveis a outras manifestações do mesmo fenômeno em níveis que os afetavam de forma mais direta, como o da falta de integração do mercado em escala nacional e o da falta de integração política da Nação. No conjunto, a política que fomentaram revelou-se eficiente no plano restrito do crescimento econômico mais acessível, mas não levava em conta o problema do equilíbrio da sociedade nacional como uma ordem multirracial.

Em consequência, a reintegração do sistema de relações raciais ficou entregue a processos sociais espontâneos. Na conjuntura histórico-social que abarca os três quartos de século da era republicana, isso significou que qualquer mudança estrutural na esfera das relações raciais iria depender do impacto do crescimento econômico, do desenvolvimento urbano e da expansão do regime de classes. Ora, até 1945, *grosso modo*, esses fenômenos tiveram por cenário um palco limitado: o Sul do Brasil, especialmente o eixo Rio-São Paulo e os brancos que comandavam a economia e a política dessa região, com os contingentes de imigrantes que se incluíram na torrente histórica. Operou-se, pois, num contexto de mudança socioeconômica relativamente acelerada, uma grande concentração social, regional e racial da renda, do prestígio social e do poder. Os dois resultados gerais desse fenômeno se exprimem: 1º) na absorção do antigo padrão de relação racial pela sociedade de classes; 2º) na estagnação relativa de outras áreas do país e, em particular, das áreas em que prevalecia a economia de subsistência. A isso correspondeu, naturalmente, uma tendência generalizada de persistência de fatores arcaicos e arcaizantes na esfera das relações raciais. De um lado, porque a ordem social competitiva não expurgou a sociedade brasileira de avaliações raciais inconsistentes com o regime de classes e, dado o estímulo à concentração racial da renda, do prestígio social e do poder,

incentivou novos focos de dinamização do "preconceito de cor", segundo formas mais explícitas e chocantes que no passado. De outro lado, porque a relativa estabilidade das outras regiões contribuiu poderosamente para conservar mais ou menos intactos vários aspectos da ordem tradicionalista que colidiam com a integração e o desenvolvimento de uma sociedade nacional. Entre esses aspectos estava, naturalmente, o das relações raciais. O único setor que poderia contribuir para a difusão de avaliações raciais igualitárias, que era o da economia de subsistência, estava bloqueado e o nivelamento social que ele fazia era um nivelamento por e para baixo, pois "brancos" e "negros" se confundiam dentro dele como parte da "ralé" ou da "gente baixa".

O perigo potencial de semelhantes desenvolvimentos tem sido percebido socialmente. Primeiro, porque as disparidades de distribuição social da renda forçavam distinções sociais que se tornaram demasiado rígidas em comparação com o que se admite consensualmente. Como essas distinções eclodem com maior nitidez nas relações de "brancos" ricos com "negros" ou "mestiços" pobres, surgiu o temor acentuado de que elas "introduzam no Brasil o conflito racial". Segundo, porque as mesmas disparidades agora envolvem brancos com tradições culturais diferentes. Descendentes de imigrantes de várias origens fazem parte das elites no poder e, embora compartilhem da ideologia racial dominante, fazem-no em função das tradições culturais que transplantaram de outras comunidades nacionais. Por aí também se instilam formas de avaliação e de comportamentos que colidem com a propensão de decoro e de harmonia aparente que as famílias tradicionais brasileiras sempre procuraram fomentar no trato com o "negro". Terceiro, porque a ascensão social do negro e do mulato está se processando, de maneira crescente, de forma que dificulta a preservação das antigas técnicas de socialização e de controle do negro e do mulato. Não só muitos repelem os conhecidos mecanismos de acomodação racial inerentes à mobilidade por infiltração; a propensão do "novo negro", mais ou menos sensível às exigências da ordem social competitiva, entra em conflito crescente com a manipulação de seus interesses, sentimentos e aspirações de acordo com o modelo da "exceção que confirma a regra". Esse "novo negro" aspira a viver como o "branco" de nível social equivalente e prefere isolar-se socialmente a praticar um comércio racial que prejudicaria sua concepção da dignidade humana. Nesse foco surgem as evidências que

atortentam mais profundamente e desorientam as avaliações dos círculos conservadores da "raça dominante", pois vêem nessa propensão uma rebelião "contra o branco" e um "perigo racial" a ser contornado.

O exemplo fornecido pelo que aconteceu em São Paulo em conexão com o segundo ciclo da revolução industrial mostra que a mudança social espontânea tem probabilidades de sanar essas pequenas fontes de tensões. Depois de 1945, o crescimento econômico constante e a necessidade de procurar a mão-de-obra dentro da sociedade nacional abriu muitas portas que antes estavam fechadas ao "negro" e ao "mulato". Mesmo firmas que fazem restrições abertas ao "trabalhador de cor" tiveram de proceder de modo mais ou menos tolerante. Isso facilitou a inclusão ao sistema de trabalho a maior número de "pessoas de cor"; e, de outro lado, ajudou a provocar migrações internas que tendem a redistribuir "negros" e "mestiços" dentro do país (o que, aumenta, concomitantemente, a visibilidade do "homem de cor" e sua tolerância relativa por segmentos mais ou menos exclusivistas da "raça dominante"). Contudo, esse processo é muito lento. O seu resultado de maior envergadura foi o aparecimento de uma *classe média de cor* (sob muitos aspectos uma classe média aparente), que não revela muita disposição a romper com os bloqueios que impedem o aproveitamento mais rápido do "homem de cor" e anulam ou restringem os efeitos de sua mobilidade social vertical. Há matéria para pensar-se, portanto, em riscos potenciais. Na medida em que os diferentes círculos da "população de cor" passem a participar ativamente das aspirações de emprego, níveis de vida e oportunidades de ascensão social que se tendem a universalizar graças ao desenvolvimento urbano, é presumível que a tolerância do "negro" e do "mulato" diante das "injustiças sociais" que sofrem irão evoluir da passividade à agressividade. Doutra lado, a questão racial também afeta o equilíbrio da sociedade nacional. Não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder.

A conjuração desses riscos só poderá ser obtida através de uma radical mudança de atitudes diante da questão racial. Importa, em primeiro lugar, que se inclua o "negro" e o "mulato" (como outras "minorias étnicas, raciais ou nacionais") na programação do desenvolvimento socioeconômico e nos projetos que visem aumentar a eficácia da inte-

gração nacional. Dada a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, a "população de cor" não possui nenhuma vitalidade para enfrentar e resolver seus problemas materiais e morais. Cabe ao governo suscitar alternativas, que viam, aliás, tardiamente. Nessas alternativas, escolarização, nível de emprego e deslocamento de populações precisariam ganhar enorme relevo. Em suma, aí se necessita de um programa de combate à miséria e a seus efeitos no âmbito dessa população. Em segundo lugar, seria necessário que o "negro" e o "mulato" mudassem suas atitudes diante dos dilemas do "homem de cor". Como os únicos interessados diretos nos resultados dessa integração, deveriam devotar-se a tal objetivo com maior tenacidade e discernimento, seja para conquistar uma posição na sociedade nacional como e enquanto "grupo", seja para forçar ajustamentos mais frutíferos por parte dos "brancos". Em terceiro lugar, cabe aos próprios "brancos" um esforço de reeducação, para que deixem de falar em "democracia racial" sem nada fazer de concreto a seu favor e fazendo muito no sentido contrário. Será difícil que o governo ou os próprios componentes da "população de cor" consigam êxito diante da indiferença do "branco" nesse assunto. É preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e funcionar equilibradamente sob a permanência persistente de fatores de desigualdade que solapam a solidariedade nacional. Além disso, tem de evoluir para noções menos toscas e egoísticas do que vem a ser uma democracia. Nada disso se conseguirá dentro de um prazo curto, porém, através dos efeitos da mudança social espontânea. O que ela podia produzir está patente e mostra que, em vez de eliminarmos as contradições, aumentamos as tensões antigas e criamos outras novas, de potencialidade destrutiva ainda maior. Convém, pois, que se inicie um programa nacional voltado para o dilema social das minorias que não têm condições autônomas para resolver rapidamente os problemas de sua integração à ordem econômica, social e política inerente à sociedade nacional.

Bibliografia suplementar

- AZEVEDO, Thales de. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco, 1953.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. 2ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
- BICUDO, Virginia Leoni. "Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas", in Unesco-Anhembi, *Relações entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Editora Anhembi Ltda., 1955, p. 227-310; "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo", *Sociologia*, vol. IX, nº 3, São Paulo, 1947, p. 195-219.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960.
- COSTA PINTO, L. A. da. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1953.
- EDUARDO, Octavio da Costa. *The negro in northern Brazil*. Seattle, University of Washington Press, 1948.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus Editora S.A., 1965 (2 vols.); "A persistência do passado" (*Conference on Race and Color*. Copenhagen, 1965); "Immigration and race relations" (*The conference on race and class in latin american during the national period*. Nova York, 1965).
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1951 (vol. 2, cap. VIII; vol. 3, cap. XI); *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S.A., 1959.
- GINSBERG, Anieli Meyer. "Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares em relação com as crianças de cor", in Unesco-Anhembi, op. cit., p. 311-361.

- HARRIS, Marvin. *Patterns of race in the Americas*. Nova York, Walker & Co., 1964.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- LOBO, Haddock e ALOISI, Irene. *O negro na vida social brasileira*. São Paulo, S. E. Panorama, 1941.
- MARTUSCELLI, Carolina. "Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos 'raciais' e grupos regionais, em São Paulo", *Boletim de Psicologia*, nº 3, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950, p. 53-73.
- MOREIRA LEITE, Dante. "Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros", *Boletim de Psicologia*, nº 3, op. cit., p. 206-231.
- NOGUEIRA, Oracy. "Relações raciais no município de Itapetininga", in Unesco-Anhembi, op. cit., p. 362-554; "Preconceito de marca e preconceito racial de origem", *Anais do XXXI Congresso de Americanistas*. São Paulo, Editora Anhembi Ltda., Vol. I, 1955, p. 409-434; "Atitudes desfavoráveis de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor", *Sociologia*. São Paulo, vol. IV, nº 4, 1942, p. 328-358.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945; "Le préjugé racial d'après l'étude des situations raciales", *Bulletin International des Sciences Sociales*. Paris, vol. II, nº 4, 1950, p. 488-500.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.
- RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1956.
- WAGLEY, Charles, com a colaboração de Harry W. Hutchinson, Marvin Harris e Ben Zimmerman. *Races et classes dans le Brésil rural*. Paris, Unesco, s. d.
- WAGLEY, Charles e HARRIS, Marvin. *Minorities in the new world*. Nova York, Columbia University, 1958.
- WILLEMS, Emilio. "Race attitudes in Brazil", *The American Journal of Sociology*. Chicago, vol. LIV, nº 5, 1949, p. 402-408.

Após a abolição

"Durante o período da escravidão" – diz Florestan Fernandes –, "o negro viveu em estado de dependência social tão extrema que não chegou a participar, autonomamente, das formas de vida social organizadas mínimas, como a família e outros grupos primários, de que se beneficiavam os brancos. A Abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente 'espoliativas', do ponto de vista da situação de interesse dos negros. Estes perderam o único ponto de referência que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social. Em consequência, viram-se convertidos em 'párias' da cidade, formando o grosso da população dependente de São Paulo nos três primeiros decênios do século XX. Esses fatos foram descritos por vários viajantes e estudiosos, tendo merecido análise mais completa da parte de Bastide e do sociólogo norte-americano Lowrie. Para participar das garantias e dos direitos sociais, consagrados por nosso sistema de vida, os negros tiveram que desenvolver um esforço próprio de auto-educação e de auto-esclarecimento, em escala coletiva. Alguns líderes mais esclarecidos e bem informados, apoiados por companheiros que percebiam a importância desses empreendimentos para a população negra, desde 1930 vêm difundindo ensinamentos que mostram as vantagens inerentes à assimilação de formas de organização das atividades sociais dominantes no meio ambiente. Assim, realizaram campanhas para a reabilitação da 'mãe solteira', grave problema por que aumenta o número de menores desamparados e dificulta o casamento ou a constituição da família; para o incentivo da responsabilidade do pai na educação dos filhos e na manutenção do lar; para o abandono dos 'porões' e dos 'cortiços' e a aquisição da casa própria; para a valorização da aprendizagem de profissões acessíveis aos negros, tendo em vista suas habilidades; para o combate ao analfabetismo; para a participação mais vigorosa e consciente nas atividades políticas etc. Esses movimentos sofreram altos e baixos, paralisando-se, ou arrefecendo-se na 'ditadura', ganhando novos alicerces aqui e acolá, graças às condições mais ou menos favoráveis de vida de uma pequena classe média negra em São Paulo. Assim, para resumir: esses movimentos nascem de necessidades sociais próprias da população negra da capital e traduzem a mobilidade ou os sucessos de alguns de seus setores, na competição com os brancos e na ascensão social."

Apêndice

1) Remoto o risco de segregação racial originário da arregimentação negra¹

Enquanto se dizia não existir preconceito, os sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes se embrenhavam nas pesquisas que culminaram nas conclusões contidas em "*Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*", livro de análise das manifestações do preconceito de cor.

E enquanto se diz, pura e simplesmente, que "não existe o problema do negro", o professor Florestan Fernandes prepara-se para defender sua tese justamente a propósito do problema do negro, estendendo suas pesquisas a Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Florestan Fernandes tem, por outro lado, opinião formada sobre as entidades que surgiram recentemente ou estão surgindo para aglutinar os elementos negros na capital e no interior em torno das chamadas "reivindicações da raça".

Acompanhando os trabalhos que se desenvolvem na Associação Cultural do Negro, nos teatros experimentais (de orientações diversas), na Abase, na Federação dos Brasileiros de Cor (que congrega cidades no sul do Estado) e outras entidades oriundas da reação do elemento negro diante do preconceito, Florestan Fernandes afirma que "esses movimentos nascem de necessidades sociais imperiosas nas populações negras", conclusão baseada na pesquisa realizada por ele com seu antigo professor, Roger Bastide.

Entrevista solicitada e publicada por Elias Raide, autor da nota introdutória: *Diário da Noite*, 9/4/1958.

Não por privilégios, mas contra privilégios

Prosseguindo, acentua o prof. Florestan Fernandes que "esses movimentos correspondem a fins socialmente úteis", que alargam "as esferas dentro das quais nosso estilo de vida é posto em prática".

"Em outras palavras, eles se baseiam em móveis e em aspirações sociais que, bem-sucedidos, farão dos negros melhores cidadãos. Há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas isso não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados, em detrimento de segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social. A esse respeito, convém frisar que não lutam contra pessoas ou grupos, que não os anima a ambição de prejudicar o branco ou combater os valores e instituições sociais que lhe conferem riqueza, poder ou estabilidade. As impulsões psicossociais, inerentes a seus 'movimentos de arregimentação', conduzem, ao contrário, a algo bem diferente: o de permitir ao negro ter acesso mais livre e equitativo a esses valores e instituições. Não são, portanto, movimentos conduzidos pelo propósito de aumentar a área de conflitos sociais de nossa sociedade. O que seus fins sociais conscientes pressupõem é o alargamento efetivo da área de acomodação, pela integração do negro às oportunidades econômicas, políticas, educacionais e sociais, conferidas aos brancos sem restrições. Parece-me que isso evidencia que são infundados os receios, de certas camadas sociais, de que eles redundem em 'perigos' políticos ou raciais. No fundo, o negro tomou a si a tarefa de lutar contra esses perigos, enfrentando com seus recursos e sem nenhuma manifestação mais forte de simpatia ou de compreensão, a gigantesca responsabilidade de preparar-se para a vida numa ordem social democrática."

Os movimentos e a segregação

Respondendo à pergunta sobre se tais movimentos de arregimentação poderiam produzir uma situação de segregação racial comparável à existente nos Estados Unidos, declara o prof. Florestan Fernandes que "o desfecho da competição e do conflito nas relações entre grupos raciais distintos depende de vários fatores e condições sociais".

"Pelo que sabemos, com base na pesquisa efetuada em São Paulo – acrescentou – esse risco existe, pois ainda não se sabe como as diferentes camadas da população branca poderão reagir à ascensão social do negro. Contudo, é preciso ponderar duas coisas. Primeiro, se isso chegasse a ocorrer, não seria por 'culpa' dos movimentos de arregimentação dos negros. O isolamento espacial, cultural e social, em casos dessa natureza, constitui um produto dinâmico do tratamento dispensado às minorias raciais e étnicas, demonstrando a incapacidade da ordem social em evoluir na direção de padrões integrativos de reconstrução social. Sob esse aspecto, pois, o perigo potencial da segregação poderia ser admitido. Ele não seria causado pelo negro, no entanto, que passaria a sofrer os efeitos da situação global nas atitudes e no comportamento dos brancos. Esse é o problema. Os 'movimentos de arregimentação' são apenas uma parcela da situação global e a reação desfavorável dos brancos não seria provocada apenas por eles. A segunda coisa que precisa ser ponderada diz respeito ao caráter eventual desse presumível perigo. Não é certo que ele venha a ocorrer, sendo muito variadas e fortes as pressões em sentido contrário. Entre essas, cumpre pôr em relevo: as condições concretas da competição do negro com o branco, que não são de molde a criar dificuldades insuperáveis para este, dadas as oportunidades crescentes oferecidas pelo sistema ocupacional; a inexistência de alvos definidos de oposição racial, por parte do negro, que não pretende desalojar o branco das posições sociais em que ele se encontra, mas compartilhar com ele dos direitos e garantias sociais; as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial; o fortalecimento do regime democrático, que ampara politicamente aquelas tendências. Por isso, presumo que não devemos temer esses 'movimentos', mas colaborar para que eles definam melhor e alcancem realmente os seus alvos construtivos, tão importantes para um país novo e heterogêneo como o Brasil."

florescimento. É uma confusão, sob muitos aspectos farisaica, pretender que o negro e o mulato contem com igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e de poder.

O padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o 'negro' sob a sujeição do 'branco'. Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido, a distância econômica, social e política entre o 'negro' e o 'branco' será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito².

Mito social

Continuando a responder sobre a falada "democracia racial", acrescentou: "Os resultados da investigação que fiz, em colaboração com o professor Roger Bastide, demonstram que essa propalada 'democracia racial' não passa, infelizmente, de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria; ele não ajuda o 'branco' no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do 'negro'; nem ajuda o 'negro' a tomar consciência realista da situação e a lutar para modificá-la, de modo a converter a 'tolerância racial' existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque 'racial'".

Tipos de preconceito racial

Estabelecido que existe preconceito racial no Brasil, o prof. Florestan Fernandes esclareceu:

"De fato, existem várias formas socioculturais de preconceito racial. O que há de mal, conosco, consiste no fato de que tomamos como paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos. Todavia, os especialistas já evidenciaram que existem vários tipos de preconceito e, pelo menos um sociólogo brasileiro, o professor Oracy Nogueira, se preocupou em caracterizar as diferenças existentes entre o preconceito racial sistemático, que ocorre

Apêndice

2) Brasil está bem longe de ser uma democracia racial²

Realiza-se, em Brasília, um seminário sobre segregação racial, promovido pela ONU. O prefeito Plínio Catanhedo, durante a solenidade de instalação do seminário, disse que "era uma honra ter Brasília como sede para discussão de um dos graves problemas do mundo atual". O representante da Suécia, entre outras coisas, afirmou que não existe conflito racial no Brasil.

Mas será mesmo verdade que aqui não existe tal conflito? Partimos de um princípio elementar na questão do segregacionismo: – Existe preconceito racial em nosso país? Esta e outras perguntas são respondidas pelo professor Florestan Fernandes, catedrático da Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Tolerância e democracia raciais

Inicialmente, o prof. Florestan Fernandes abordou a questão da existência ou não de "democracia racial" no Brasil. Aliás, esse tema é debatido no seu último livro (*"A integração do negro na sociedade de classes"*, capítulos 3, 5 e 6): "Na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações sociais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertencem a 'raças' distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade social, econômica e política. Ora, no Brasil, ainda hoje não conseguimos construir uma sociedade democrática nem mesmo para os 'brancos' das elites tradicionais e das classes médias em

2. Partes de uma entrevista publicada por *A Gazeta*, 27/8/1966. Reproduzida em F. Fernandes, J. B. Borges Pereira e O. Nogueira, *A questão racial brasileira vista por três professores*, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes – USP, 1971.

nos Estados Unidos, e o preconceito racial dissimulado e assistemático, do tipo do que se manifesta no Brasil. Já tentei, de minha parte, compreender geneticamente o nosso modo de ser. Segundo penso, o catolicismo criou um drama moral para os antigos senhores de escravos, pois a escravidão colidia com os 'mores' cristãos. Surgiu daí, presumivelmente, a tendência a disfarçar a inobservância dos 'mores', pela recusa sistemática do reconhecimento da existência de um preconceito que legitimava a própria escravidão³.

"Negro" versus "branco"

Florestan Fernandes continua: "Sem a idéia de que o 'negro' seja 'inferior' e necessariamente 'subordinado' ao 'branco', a escravidão não seria possível num país cristão. Tomaram-se essas noções para dar fundamento à escravidão e para alimentar outra racionalização corrente, segundo a qual o próprio negro seria 'beneficiado' pela escravidão, mas sem aceitar-se a moral da relação que se estabelecia entre o senhor e o escravo. Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a idéia de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada no sentido de melhorar a situação do negro e de acabar com as misérias inerentes ao seu destino humano na sociedade brasileira. Acho que aqui seria bom que se lessem os trabalhos recentes publicados por sociólogos, antropólogos e psicólogos, mais ou menos concordantes e, em particular, que o 'branco' se reeducasse de tal maneira que pudesse pôr em prática, realmente, as disposições igualitárias que ele propala ter diante do 'negro'".

Discriminação e segregação

À pergunta se existiria "discriminação" e "segregação" raciais no Brasil, disse:

"A discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista. No mundo em que o 'negro' e o 'branco' se

relacionavam como escravo e senhor, esse último tinha prerrogativas que aquele não possuía – nem podia possuir, como ‘coisa’ que era e ‘fôlego vivo’, uma espécie de ‘instrumento animado das relações de produção’. A passagem da sociedade escrava para a sociedade livre não se deu em condições ideais. Ao contrário, o negro e o mulato viram-se submergidos na economia de subsistência, nivelando-se, então, com o ‘branco’, que também não conseguia classificar-se socialmente, ou formando uma espécie de escória da grande cidade, vendo-se condenados à miséria social mais terrível e degradante”.

Abolicionismo não aboliu

Reportando-se ao abolicionismo, Florestan Fernandes acentua: “Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os ‘brancos’ a uma política de amparo ao negro e ao mulato. Como o demonstram os resultados da análise pioneira de Roberto Simonsen, em trabalho magistral, nos momentos mais duros da transição existiram fazendeiros que defendiam a ideia da indenização. Nenhum deles se levantou em prol da indenização do escravo ou do liberto e, em consequência, os segmentos da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente. Somente depois de 1945 começaram a surgir oportunidades reais de classificação na estrutura da ordem social competitiva, ainda assim, para número limitado de indivíduos potencialmente capazes de terem êxito na competição socioeconômica com os brancos”.

Segregação dissimulada

A seguir, disse o famoso sociólogo: “A discriminação existente é um produto do que chamei ‘persistência do passado’, em todas as esferas das relações humanas – na mentalidade do ‘branco’ e do ‘negro’, nos seus ajustamentos à vida prática e na organização das instituições e dos grupos sociais. Para acabarmos com esse tipo de discriminação, seria

necessário extinguir o padrão tradicional brasileiro de relação racial, e criar um novo padrão realmente igualitário e democrático de relação racial, que conferisse igualdade econômica, social, cultural e política entre negros, brancos e mulatos. As mesmas ideias podem ser aplicadas à segregação. Esta foi praticada no passado senhorial, apesar da convivência por vezes íntima, entre senhores e escravos. Fazia parte de duplo estilo de vida que separava espacial, moral e socialmente o ‘mundo da senzala’ do ‘mundo da casa grande’”.

“A segregação do ‘negro’ é sutil e dissimulada, pois ele é confinado ao que os antigos líderes dos movimentos negros de São Paulo chamavam de ‘porão da sociedade’. As coisas estão se alterando, nos últimos tempos, mas de forma muito superficial e demorada. Para atingirmos a situação oposta, implícita no nosso mito de democracia racial, o negro e o mulato precisariam confundir-se com o branco num mundo de igualdade de oportunidades para todos, independentemente da cor da pele ou da extração social. É pouco provável que isso se dê sem que os próprios negros e mulatos tenham uma consciência mais completa e profunda de seus interesses numa sociedade multirracial, em que eles constituem uma minoria deserdada e proscrita.”

Florestan Fernandes concluiu, observando que “foi preciso quase três quartos de século para que negro e mulato encontrassem, em São Paulo, perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes. Quanto tempo terá que correr para que consigam tratamento igualitário numa sociedade racialmente aberta? Essa pergunta me parece fundamental. Os ‘negros’ devem preparar-se para respondê-la e os ‘brancos’, para ajudá-los, solidariamente, a pôr em prática as soluções que a razão indicar, sem subterfúgios e com grandeza humana”.

Terceira Parte

*EM BUSCA DA
DEMOCRACIA RACIAL*

Ciência e Consciência

Seria injusto dizer-se que o conhecimento crítico da realidade racial brasileira só foi inaugurado com a recente expansão das pesquisas sociais. Entretanto, está fora de dúvida que as ciências sociais contribuíram para ampliar e aprofundar a percepção objetiva dessa realidade, introduzindo em seu debate critérios de avaliação que não podem ser neutralizados ou contidos pelo pensamento conservador.

Como deveria normalmente ocorrer em uma sociedade fundada no trabalho escravo, as vítimas reais da escravidão ou das formas semi-livres ou (semi-escravas) de trabalho não participavam da elaboração e da revisão da ideologia e da utopia raciais, que se tornavam socialmente necessárias. Ambas foram forjadas, mantidas e refinadas pela "raça" dominante, cujas elites econômicas, culturais e políticas ditaram, como bem entenderam, como elas deviam exprimir as relações "crístas" e "justas" entre senhores e escravos.

O desaparecimento da escravidão concorreu, de modo poderoso, para modificar as atitudes monolíticas e rígidas sobre a estratificação

racial, que se ocultava por baixo do sistema senhorial e escravocrata. Primeiro, porque o abolicionismo desencadeou uma crítica severa da escravidão, como instituição social (em todos os planos, ou seja, com referência às suas funções econômicas, culturais e políticas). Embora os elementos oprimidos tivessem uma influência limitada na formação da contra-ideologia e da contra-utopia inerentes ao abolicionismo, este trazia consigo uma nova imagem dos motivos e das consequências da estratificação racial, requerida pela escravidão. Segundo, porque a desagregação das formas sociais escravistas liberou o negro e o mulato do círculo de ferro da consciência racial conservadora, levando-os a identificar-se, aos poucos, com variantes desmistificadoras de explicação da realidade racial brasileira. Passaram-se mais de quatro décadas para que isso sucedesse. No entanto, os movimentos sociais do "meio negro" trouxeram, com a contra-ideologia e a contra-utopia da *Segunda Abolição*, um autêntico desmascaramento da hipocrisia racial conservadora e uma afirmação pura do radicalismo democrático integral. Pela primeira vez na história do Brasil, a democratização das relações raciais foi equacionada pelo "negro" e pelo "mulato", embora nos limites da eficácia e da legitimidade da ordem social constituída.

As pesquisas sociais sobre as relações raciais surgiram *depois* desse evento, isto é, depois da efervescência e do rápido amortecimento subsequente do "protesto negro". Por isso, elas ganharam uma conexão de sentido típica: tinham, como ponto de partida, as elaborações oficiais e obnubilantes da consciência racial conservadora, e as elaborações *divergentes* mas esclarecedoras da contra-ideologia e da contra-utopia raciais, difundidas pela rebelião dentro da ordem dos movimentos de protesto racial. Mesmo a pesquisa de campo mais neutra e estreitamente descritiva não poderia escapar ao confronto de representações tão extremadamente antagônicas. Qualquer análise de inconsistências institucionais, de iniquidades sociais fundadas na desigualdade racial ou de dualidades éticas, operativas no nível da acomodação racial, teria de levar em conta as implicações desse confronto e sua significação para o comportamento coletivo polarizado como divergente. O que é importante ressaltar é que o condicionamento exterior expunha as pesquisas sociais aos dilemas do meio ambiente e às pressões alternativas das opções em presença. O conhecimento do processo de democratização das relações raciais inseria-se, ele próprio, nas etapas históricas do processo, tendo assim de

responder aos requisitos intelectuais tanto quanto aos requisitos práticos da transição para uma verdadeira democracia racial.¹

Aqui estão reunidos dois prefácios, que situam a investigação sociológica diante dessa problemática, com que nos defrontamos por causa da estrutura e dos dinamismos da situação racial brasileira. O primeiro foi escrito para o livro de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni² e ressalta o significado da contribuição do cientista social para o alargamento e o aprofundamento da consciência social da realidade estudada; o segundo foi escrito para a edição condensada, em inglês, de um livro do autor³ e esboça uma caracterização global de nossa situação de contato racial (e do que parece ser o seu principal ponto de contraste, com referência ao que se passa nos Estados Unidos). Ambos os livros suscitam uma reflexão fundamental: há um profundo e terrível hiato entre as técnicas de consciência social dos problemas raciais brasileiros e as técnicas que são empregadas para fazer em face das suas consequências (e não para *enfrentá-los* e *resolvê-los*, pois eles continuam ignorados nesse nível mais complexo de intervenção). No primeiro plano, a ciência concorre para demonstrar a validade e a consistência do "protesto negro", pondo em evidência as contradições que existem entre as normas ideais e o comportamento efetivo na esfera das relações raciais. No segundo plano, porém, a ciência permanece ignorada: os problemas raciais são congelados ou, então, se proclama que "eles não existem". Em consequência, o conhecimento acumulado torna-se improdutivo. A consciência social é "esclarecida" pela investigação sociológica, mas nem por isso ela se propõe o imperativo de uma transformação radical da realidade.

Isso significa, na verdade, que as forças sociais empenhadas na democratização das estruturas raciais da sociedade brasileira ainda não

1 Para uma análise das conexões das pesquisas realizadas com os processos histórico-sociais, cf. O. Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 41-72.

2 F. H. Cardoso e O. Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960.

3 F. Fernandes, *The negro in Brazilian society*, trad. de Jacqueline D. Skiles, A. Brunel e Arthur Rothwell, ed. de Phyllis B. Eveleth, Nova York/Londres, 1969.

são nem muito fortes nem muito organizadas. A simples negligência de problemas culturais, étnicos e raciais numa sociedade nacional tão heterogênea indica que o impulso para a preservação da desigualdade é mais poderoso que o impulso oposto, na direção da igualdade crescente. Quando a negligência emerge em um contexto no qual seria fácil fomentar o tratamento racional e programado dos problemas culturais, étnicos e raciais, e em que já se poderia contar com recursos intelectuais para submeter a controle pelo menos certos fatores de marginalização ou de exclusão (parcial ou total), fica patente a resistência à aceleração da mudança social progressiva. Estratos sociais fortemente identificados com a presente estrutura racial da sociedade brasileira estão empenhados na reprodução das desigualdades raciais existentes, identificando-se, consciente ou inconscientemente, com a perpetuação do *status quo* racial. Pondo o seu prestígio na balança, esses estratos decidem quais são as *políticas nacionais* "necessárias" e transferem a democracia racial para o futuro remoto.

Esse é o paradoxo que não conseguimos vencer. De um lado, o poder conservador barra, através de efeitos estáticos, a sensibilidade do sistema político diante do dilema racial. De outro lado, os grupos afetados – dos quais não se poderia falar em minoria, como nos Estados Unidos – estão aquém das relações de poder e do controle da influência política construtiva, direta ou indireta. As linhas igualitárias da participação socioeconômica, cultural e política, na esfera racial, são relegadas ao crescimento espontâneo e ao azar. Tem-se por certo que elas acabarão vingando. Mas não se procura intensificar os "ritmos da história". De novo, o egoísmo reaparece e decide as orientações de comportamento das elites no poder, pois não há muita diferença entre o que estamos assistindo e o que fizeram as mesmas elites no período final da desagregação do regime escravista. Então, os destituídos não foram contemplados nas diferentes "políticas" de aceleração das mudanças sociais, todas voltadas para os interesses econômicos, culturais e políticos dos estratos poderosos e privilegiados.

É preciso insistir sobre esse paradoxo. Nenhuma democracia será possível se tivermos uma linguagem "aberta" e um comportamento "fechado". O fato de as pesquisas sociais avançarem até as fronteiras do desmascaramento da nossa "constituição íntima", como sociedade nacional, e das nossas técnicas sociais estarem na idade da "cultura tradi-

cional" constitui um fato chocante. Numa era em que a avaliação e o uso dos recursos humanos deram um salto revolucionário, nós nos apegamos, obstinadamente, a procedimentos ultrapassados e destrutivos. Como poderá o Brasil entrar na categoria de país de 100 milhões de habitantes com uma estatura tão pequena, sem mesmo contar com um esforço organizado e o intento de possuir políticas especiais, adequadas à solução dos problemas culturais, étnicos e raciais de sua população? E como esperar que a democracia racial se concretize, sem que se criem tais políticas segundo princípios que facilitem a crescente participação econômica, sociocultural e política por parte dos grupos ou categorias culturais, étnicos e raciais excluídos da integração nacional, em virtude das formas existentes de desigualdade econômica, sociocultural e política? Por aí se vê que o paradoxo apontado não envolve apenas comportamentos efetivos que honrem a nossa "lógica do discurso". Ele aponta também para uma maior congruência entre ciência e intervenção racional. Impõe-se que as técnicas de intervenção racional acompanhem a evolução da consciência social, eliminando-se o ponto morto da neutralização prática do conhecimento científico.

Todavia, semelhante desfecho requer maior envolvimento coletivo do "negro", do "mulato" e do "branco" na condenação de formas extremas de desigualdade racial. Os homens só trabalham por uma sociedade democrática quando possuem um sentimento profundo do valor da democracia – não em um sentido abstrato, mas de modo concreto e em todas as direções simultâneas. Uma sociedade elitista produz políticas elitistas e as aplica, se necessário, de forma autoritária ou totalitária. A democracia racial aparece, em sua consciência social, como uma contrafação e um efeito retórico. Por isso a transição para uma ordem racial democrática exige uma ruptura profunda com o passado. O passado não nos ensinou a respeitar e a amar o "negro" e o "mulato" como nossos irmãos. Ensinou-nos o oposto. Também não nos alertou para os riscos do egoísmo, concebido e aplicado como um estilo de vida. O paralelo com os Estados Unidos merece uma consideração mais profunda. Se a nossa experiência humana é realmente "mais humana", por que não a aprofundamos? Por que mantemos diante de nossos problemas culturais, étnicos e raciais uma atitude de cega incompreensão? Se fizermos o paralelo até o fim, veremos que, nos Estados Unidos, houve um esforço muito mais concentrado e gigantesco para se equacionar e

dentro das condições de uma sociedade individualista, se resolver o "dilema racial". Todavia, os resultados atingidos foram modestos e o conflito racial tornou-se o calcanhar-de-aquiles daquela superpotência. O que podemos esperar, negligenciando até as providências mais elementares e ignorando o que é óbvio?

Desse prisma, é inteiramente falsa a avaliação negativa da contribuição dos cientistas sociais, que vêm insistindo sobre os contornos especiais de nosso dilema racial e clamam por providências práticas que estejam à altura de nossas ilusões. Tais cientistas não estão "criando o problema entre nós", como falsamente se assoalhou. Eles apenas tentaram equacionar problemas que são centrais para o futuro do Brasil como nação e como democracia racial. O mal não está em que eles tenham tido a coragem de afrontar preconceitos arraigados. Ele procede da indiferença com que os resultados de suas investigações foram recebidos e da confiança numa crença inverossímil: de que se pode extrair a democracia racial do nada. É muito mais fácil, para uma nação moderna, ser antidemocrática que democrática. Em toda a parte, um contexto antidemocrático é quase sempre uma matéria de simples preservação ou de fortalecimento do *status quo*. O mesmo não sucede com o estabelecimento de uma sociedade democrática. Esta requer, como passo preliminar, a ruptura com o passado, e como processo decisivo, uma revolução dentro da ordem ou contra a ordem, que crie padrões efetivos de avaliação e de ação democráticos. Ao que parece, os cientistas sociais brasileiros foram até os limites de sua responsabilidade propriamente científica. O que pretendiam e pretendem é que o "nosso problema" seja esclarecido e resolvido, segundo os critérios racionais do pensamento científico.

1) O significado da análise sociológica das relações raciais

O progresso das ciências sociais no Brasil vem se refletindo de modo extenso e profundo no volume e na qualidade das investigações sobre relações étnicas e raciais. Semelhante tendência é muito natural, pois o nosso país constitui, como se diz vulgarmente, um *cadinho de raças e de culturas*. Ainda que tais investigações se proponham móveis empíricos e teóricos – até o presente, todas elas foram empreendidas

com o objetivo de aumentar nossos conhecimentos sobre as diferentes situações de contato interétnico ou racial, caracterizáveis na sociedade brasileira – indiretamente elas satisfazem necessidades práticas de alcance coletivo. Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da "civilização ocidental" no Brasil. Sob esse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interesse prático iniludível.

O público leigo nem sempre atenta, convenientemente, para a mencionada significação dessas investigações. Estamos tão convencidos de que "o Brasil constitui uma democracia racial" que aplicamos mal mesmo as regras do bom senso na avaliação dos resultados a que chegam os investigadores. Com raras exceções, questionam-se os resultados à luz de argumentos que outra coisa não fazem senão justificar e defender as concepções econômicas, políticas e morais das camadas sociais que sempre tiraram proveito da desigualdade e das diferenças de oportunidade, consagradas ou mantidas pela ordem social herdada do passado. Em consequência, os advogados da tradição se convertem, insensivelmente, em obstáculos vivos à implantação da nova mentalidade, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social.

Esse ponto precisa ser devidamente ressaltado. É preciso que se tenha em mente que o *preconceito* e a *discriminação* não degradam nem os seus portadores, nem as suas vítimas. Ambos são expressões da maneira pela qual a sociedade e a cultura organizam o comportamento dos seres humanos. Integram-se, estrutural e dinamicamente, no horizonte intelectual dos homens, determinando suas formas de conceber as pessoas, seus direitos e deveres, e sua posição na sociedade em que vivem. As convicções religiosas dos "brancos" e os danos seculares dos "negros" e "mulatos", somados a convicções da mesma espécie, criaram ambiente para o florescimento de avaliações emocionais e morais que colocam os dois temas em áreas de discussão proibida. Ora, o cientista social não se preocupa com o assunto neste nível, que para ele é *etnocêntrico*, de *mascaramento das coisas*, de respeito às convenções e de preservação da "paz doméstica", como diziam os ensaístas brasileiros do século XIX. Ao proceder à análise e à caracterização das situações, ele

não condena nem o "branco" por ter preconceitos, nem o "negro" por suportá-los; ele tampouco se insurge contra manifestações mais ou menos disfarçadas de discriminação que mantêm a posição dominante de uma "raça" e a posição simetricamente subordinada de outra. Limita-se a mostrar como, em dadas condições de organização da sociedade, tais coisas podem dar-se e podem perpetuar-se. Doutro lado, põe em evidência o que certos estereótipos, avaliações, padrões de comportamento e valores sociais representam como *obstáculos* à mudança social. Nenhuma ordem social seria tão perfeita, aos olhos dos senhores de escravo do século XIX, quanto à da sociedade escravocrata e senhorial brasileira da época. Mesmo a escravidão era definida como um *bem*, que daria aos escravos conforto, segurança e freios morais. Os que se opuseram à escravidão pensavam exatamente o contrário e tinham em vista libertar especialmente o *branco* culto e abastado das peias produzidas pela escravidão. O problema continua o mesmo. O ideal brasileiro de uma democracia social, acima mesmo das diferenças étnicas e raciais, é o ideal mais elevado que uma coletividade chega a propor-se. Mas, para que ele se concretize, torna-se indispensável saber o que o detém na vida cotidiana.

Ai está o sentido mais profundo da contribuição positiva do cientista social. Ele não censura os agentes humanos, nem sequer em termos dos valores que servem para justificar suas ações. Tenta, somente, mostrar o grau de congruência existente entre as ações e os valores sociais. Muitas vezes, as omissões ocorridas na observância dos valores são freqüentes e clamorosas; o que não impede que os agentes humanos ignorem ou dissimulem esse fato. Analisando-se as condições em que isso se dá, constata-se que os agentes atuam convictos da própria integridade, movidos por motivações que obliteram o reconhecimento objetivo da verdade. Nem por isso as incongruências deixam de refletir-se no grau de integração da ordem social estabelecida. Considerada através das formulações ideais, objetivadas culturalmente, a ordem social é uma; encarada através dos comportamentos manifestos dos indivíduos, mais ou menos incongruentes com aquelas formulações ideais, a ordem social é outra. Essa situação exemplifica o que os especialistas designam com o termo "inconsistência cultural". O comportamento dos indivíduos e o funcionamento das instituições não correspondem nem às determinações morais, impostas explicitamente por normas e valores sociais, nem aos

requisitos ideais de organização da vida social, aceitos por todos como os fundamentos da própria ordem social estabelecida.

Ora, está fora de dúvidas que inconsistências dessa natureza restringem as potencialidades de desenvolvimento dos sistemas sociais. A perpetuação delas exprime estados de inércia cultural, que comprometem a capacidade dos agentes humanos na realização de certa concepção do mundo e da filosofia moral correspondente. Não existe democracia racial efetiva, em que o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do "bom-tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. Se insistimos nesse aspecto da questão é porque ele é essencial, quando se atenta para o futuro do Brasil como parte dos países integrados na órbita da civilização ocidental. O que está em jogo não é apenas a nossa possibilidade de imitar povos "mais adiantados", ou seja, de reproduzirmos o regime democrático com estilos de vida correlatos, tal como ele pode ser idealizado pela experiência histórica dos povos em questão. Mas a perspectiva de conseguirmos esse intento sem perdas culturais.

Desse ângulo, precisamos estar atentos a duas exigências intelectuais distintas, igualmente impositivas e cruciais na cena histórica brasileira. Primeiro, devemos conhecer melhor o que, em nossa herança sociocultural, é incompatível com a concepção democrática da vida e com a implantação da democracia no Brasil. Muitos simplificam demais essa questão, pensando que o problema está nos hábitos de mando e nas perversões do uso do poder pelos representantes do patrimonialismo ao velho estilo luso-brasileiro. No entanto, a questão é bem mais complexa. Aos hábitos e expectativas de mando das antigas camadas dominantes correspondem hábitos de subordinação e obediência, tanto quanto representações que legitimam a dominação patrimonialista em termos das tradições. Além disso, com a mudança rápida da situação, amplos setores da população – em todas as camadas da pirâmide social – não chegaram a adquirir hábitos novos, fundados em concepções racionais

provincianos, repelir conclusões fundamentadas em fatos coligidos através de inquéritos positivos, só porque eles não coincidem com estereótipos ou com concepções tradicionais arraigadas. Procedendo dessa forma, corremos o risco de considerar *perfeita* uma democracia racial que ainda se está formando e polindo. Doutra lado, devemos principalmente adotar um novo estado de espírito, que nos facilite a tarefa de tirar proveito real das contribuições intelectuais dos cientistas sociais. Mesmo que incorram em defeitos ou limitações, elas alargam nossa capacidade de representar as condições e os processos da vida social organizada em nosso meio. Além disso, ampliam os nossos critérios de reconhecimento objetivo das exigências da situação histórico-social brasileira. Se não fizermos isso, corremos o risco anacrônico de alimentar separações que não devem existir entre intelectuais, que se entendam "especialistas" ou "leigos" conforme as perspectivas de que avaliem sua produção e sua responsabilidade. Existe, ainda hoje, um fosso entre ambos, o qual concorre para manter isolamentos improdutivos e adversos às funções criadoras da inteligência. O historiador ou o economista, por exemplo, teimam em ignorar a contribuição específica do etnólogo ou do sociólogo para os seus estudos em realização. Nisso, são pagos com a mesma moeda por estes. O crítico literário ou o romancista continuam fascinados por modelos pré-universitários de trabalho, plenamente justificáveis no passado, mas obsoletos em nossos dias. O jornalista ainda se aferra a ambições olímpicas, da auto-suficiência poligráfica. E assim por diante! A consequência fatal é sempre a mesma... Esterilização dos esforços bem-sucedidos e um eterno recomeçar do marco zero, por temor à colaboração, ao diálogo e ao trabalho verdadeiramente intelectual, que é coletivo. Após os resultados de investigações etnológicas ou sociológicas criteriosas, historiadores retomam temas sobre a vida social entre os aborígenes, a colonização do Brasil etc., segundo chavões inconsistentes e deformativos. O "como se" orienta a interpretação dos processos econômicos, descritos como forças autônomas e incondicionadas socialmente. O crítico trata de obras realizadas conforme diretrizes científicas como se discutisse um discurso parlamentar de Rui Barbosa. Inversamente, o sociólogo ou o etnólogo ignoram mais do que deveriam os resultados a que chegaram aqueles seus colegas, que permitiriam estabelecer interpretações mais integrativas das relações entre a estrutura social e a economia, o fluxo histórico, as repercussões dos padrões de

das relações entre meios e fins e nos valores que legitimam a dominação burocrática. Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos idéias justas sobre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em torno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação. Segundo, devemos conhecer, igualmente, o que deve ser preservado, a todo custo, em nossa herança sociocultural. Um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social. Muitas vezes, este se faz ao longo de sacrifícios materiais e morais demasiado penosos, produzindo desorganização social permanente e seleção negativa de valores sociais, que poderiam preencher funções criadoras na própria reconstrução do sistema civilizatório. Vários "países subdesenvolvidos" estão trilhando esse caminho. Seria importante que o Brasil não os imitasse. A civilização ocidental é suficientemente rica e plástica para permitir amplas diferenças entre os sistemas culturais nacionais, que se organizam através de seus valores ideais básicos. Faltam-nos certas experiências históricas, suscetíveis de intensificar e dar solidez ao desenvolvimento da democracia social no Brasil. Entre eles, contam a ausência de um senso fundamental de respeito à pessoa humana e a incapacidade relativa de explorar com eficácia os modelos institucionais de organização grupal das atividades humanas. Em troca, dispomos de algumas realizações que merecem ser preservadas, por serem potencialmente positivas a esse respeito. Podemos incluir entre elas a tolerância convencionalizada nas relações raciais e o mínimo irredutível de sobrerância, que caracteriza a expressão assumida pelo individualismo e pela autonomia da pessoa quer em nosso *homem culto*, quer em nosso *homem rústico*. Componentes psicossociais dessa espécie, com suas bases dinâmicas socioculturais, merecem não só análises mais profundas; precisamos passar a encará-los com a parte positiva do nosso legado cultural, no processo incipiente de modernização do sistema civilizatório brasileiro.

Em suma, convidamos o leitor a suspender julgamentos correntes em nossos meios letrados e a fazer uma sorte de revolução copernicana em seus critérios de avaliação intelectual. Não devemos continuar

gosto ou de consumo literário na organização do público e no destino final das produções intelectuais etc.

O presente livro convida-nos a tais reflexões. A razão disso é simples. Ele constitui um índice flagrante de que certas tendências de produção científica acabaram por fixar-se em nosso meio. Ele força-nos a pensar na contribuição dos cientistas sociais em termos de *processo* – de algo que tem continuidade, dimensão e sentido próprios. Seus autores, que contam entre os sociólogos de maior substância científica na atualidade, nele nos dão uma amostra do padrão de trabalho que está guiando, efetivamente, as exigências e as ambições dos investigadores que possuem boa formação especializada. Por acaso, trata-se da primeira experiência de ambos na realização de um projeto completo de pesquisa e na redação de uma monografia. Além disso, a própria pesquisa foi feita nas condições habituais de escassez de recursos, impondo sérias limitações do período de permanência em campo e na exploração das técnicas acessíveis de investigação. Condições aleatórias como essas seriam irrelevantes para a avaliação das tendências fundamentais de desenvolvimento da Sociologia em centros científicos mais avançados. Em face da situação brasileira, entretanto, elas possuem profunda significação. A razão disso é simples: elas revelam com clareza os ideais de trabalho reputados *essenciais*, pelos cientistas sociais brasileiros, encarados como verdadeiros "mínimos" em sua definição dos objetivos da investigação científica das sociedades humanas.

Pode-se constatar a veracidade dessa conclusão, em primeiro lugar, no plano metodológico. A monografia de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre relações entre negros e brancos em Florianópolis constitui um produto marginal de investigação mais ampla. Ela reúne indicações levantadas com o fito de selecionar as unidades definitivas do projeto de estudos. Até hoje, não se fez nada semelhante no Brasil. Mesmo os autores que se referem à exploração de *casos típicos*, em suas investigações, nunca realizaram sondagens prévias suficientemente aprofundadas da realidade. Doutra lado, negligenciaram a importância de publicar trabalhos que contivessem o material porventura utilizado na seleção dos casos e que permitissem apreciar os próprios critérios de seleção. Em face disso, só temos a lamentar que esta monografia apresente, apenas, fatos concernentes a um dos casos – exatamente um dos que não se tornaram objeto de investigação intensiva

posterior. De qualquer modo, porém, achamos que ela oferece um bom quadro de referência para a apreciação dos critérios usados no levantamento prévio e, principalmente, da consistência dos conhecimentos de que se serviram os investigadores para escolher as unidades da investigação sistemática. Do ponto de vista metodológico também merecem realce as diretrizes que orientaram os investigadores. Aqui, é preciso considerar o modelo de *survey* posto em prática e os propósitos mais gerais do projeto global. Quanto ao modelo de *survey*, deve-se notar o esforço de adequar essa técnica a um conhecimento mais penetrante da realidade. O objetivo foi alcançado mediante a complementação da observação intensiva dos aspectos da situação, que interessavam à sondagem, pelos resultados de questionários e da reconstrução histórica. Quanto aos propósitos gerais do projeto, parece-nos rica de consequências metodológicas a diretriz explorada pelos autores de conhecer o "passado" pelo "presente". Os caracteres das comunidades investigadas traduzem diferentes estágios de diferenciação e reintegração da sociedade brasileira e, por conseguinte, do sistema de relações sociais no Brasil. A formulação e o aproveitamento dessa idéia abre novas perspectivas quer aos estudos de caso, quer à elaboração comparativa dos resultados que se consigam obter através deles.

A mesma conclusão pode ser corroborada pelas implicações e contribuições da monografia no plano estritamente empírico. A significação do preparo especializado aqui se revela plenamente. Os autores evitaram a pretensão de reconstruir e de explicar "tudo", a qual transparece, desordenadamente, em quase todas as tentativas precedentes de análise histórico-sociográfica da realidade brasileira. Restringiram-se aos aspectos do sistema de relações raciais e da sociedade global que precisavam ser "conhecidos", como condição para a escolha dos casos. Mas esses aspectos foram reconstruídos e analisados metodicamente, ainda que nos limites de uma sondagem exploratória. Assim se explica o grau de sucesso alcançado pelos autores em dois níveis distintos. De um lado, na compreensão e interpretação de certos fenômenos ainda mal conhecidos na sociedade brasileira — a estrutura da economia colonial; os influxos dessa economia no processo de crescimento econômico; as conexões existentes entre as bases econômicas do sistema social e a organização das relações raciais; as origens e as funções sociais dos estereótipos raciais; as situações de interesses e os valores sociais que pro-

movem o solapamento ou o reforço dos estereótipos raciais etc. De outro, na maneira de definir e compreender a situação de contato em termos da totalidade das condições, fatores e produtos de um mesmo *continuum* histórico-social: o que permitiu descrever os diversos aspectos dinâmicos do sistema de relações raciais, em sua formação, em sua evolução, em sua integração atual e nas tendências à reintegração que podem ser percebidas no presente.

A referida conclusão pode ser comprovada, por fim, no plano da contribuição teórica trazida por esta monografia aos estudos sociológicos das relações raciais no Brasil. Entre os sociólogos ainda prevalece a suposição que o *survey* se alimenta de intentos sociográficos. No entanto, os estudos dos discípulos de Park e de Burgess (para só citar os que aproveitaram explicitamente as perspectivas abertas pela cientificação do *survey*) demonstram que essa técnica pode ser associada a intuições teóricas variáveis. No trabalho em apreço, há dois pontos a considerar-se, de efetiva significação "teórica". Um deles é pacífico: no caso, o levantamento se prende a uma linguagem empírica de definição dos problemas teóricos. Em outras palavras, isso quer dizer que o *survey* representa um instrumento da teoria, fornecendo à inteligência: a) critérios empíricos rigorosos de proposição das hipóteses; b) meios rudimentares de comprovação da plausibilidade e da consistência empíricas das hipóteses aventadas. O outro ponto não é tão pacífico, mas parece igualmente relevante: as evidências empíricas acumuladas, que permitem descrever e interpretar os processos estudados, são naturalmente úteis a investigações ulteriores, de teor comparativo. O fato de essas evidências serem obtidas e comprovadas através de recursos fornecidos pelo levantamento exploratório deixa de ser importante, passando para primeiro plano as sugestões, conclusões ou hipóteses que constituam o saldo positivo da contribuição teórica específica do próprio levantamento. É certo que, de modo geral, esse aspecto da contribuição de uma sondagem deve ser visto com reservas. Não devemos ignorar, todavia, que nesta monografia ela cobre uma área da sociedade brasileira quase inexplorada pelos especialistas. Em consequência, confere-nos a possibilidade de saber se certas explicações, obtidas no estudo de outras situações de contato no Brasil, são válidas para a zona meridional da sociedade brasileira. Acresce que as explanações apresentadas suscitam, aqui ou ali, pistas novas e a formulação de hipóteses dignas de consideração, como o lei-

tor poderá verificar facilmente nas passagens relativas às vinculações entre a organização econômica da sociedade e o sistema de ajustamentos raciais ou às funções dos estereótipos raciais em sucessivos contextos histórico-sociais. No conjunto, pois, a monografia alarga as nossas possibilidades de explicar, sociologicamente, as bases e os produtos sociodinâmicos das relações raciais na sociedade brasileira.

As mencionadas qualidades da presente contribuição indicam que o cientista social brasileiro já tem um padrão de trabalho intelectual e que é capaz de aplicá-lo segundo os critérios do saber científico-positivo. Isso parece ser da maior importância para nós, porque o processo de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil pode ser sumariamente descrito, no que ele possui de essencial, através de três gerações, que se acham em contato e em colaboração na vida acadêmica. O fato de os representantes da geração mais nova demonstrarem domínio seguro de seu campo — com as técnicas de investigação e os problemas correspondentes — constitui algo auspicioso, que nos faz confiar no progresso autêntico das ciências sociais em nossas instituições de ensino ou de pesquisa. Eles não incorrem nas mesmas limitações dos membros das suas gerações pioneiras, mais ou menos sacrificados pelas contingências seja da improvisação, seja da precariedade das condições de trabalho científico organizado. Podem tirar maior proveito de suas energias intelectuais e de sua capacidade criadora, tornando-se assim mais aptos para promover a expansão das ciências sociais nas três esferas correlatas do ensino, da pesquisa e da teoria. Os dois autores deste livro, pelo que podemos presumir, terão com toda a certeza uma participação construtiva e marcante nesses desenvolvimentos, que nos colocarão entre os grandes centros de investigação científica dos fenômenos sociais.

São Paulo, 12 de dezembro de 1959.

2) Acomodação, Conflito e Democracia Racial

Já se tornou um lugar comum que o Brasil é "um cadinho de raças e de culturas". No entanto, ainda não se focalizou devidamente as várias facetas desse cadinho, que está longe de ter concluído suas funções caldeadoras e que opera de forma peculiar em cada região do país.

Neste livro, são relatadas as principais conclusões de uma investigação sociológica, que tomou por objetivo a situação de contato entre negros e brancos na cidade de São Paulo. A cidade considerada não é importante por seu passado sob o regime servil. Mas por sua posição na emergência da civilização urbano-industrial no Brasil e por seu futuro, pois é a única metrópole brasileira que conta com um *background* econômico, social e cultural capaz de dinamizar o funcionamento e a expansão da sociedade de classes.

Nesse aspecto, ela é típica para o estudo das relações raciais em termos do que se vem chamando de "*Brasil moderno*". Nela, o negro e o mulato não encontraram, desde a desagregação do regime servil, nem o refúgio proporcionado pela economia de subsistência (que nivela "brancos" e "negros" no mundo rústico, parcialmente excluído da ordem legal e política inerente à sociedade nacional), nem as ambigüidades do paternalismo tradicionalista (persistentes de modo variável mesmo em cidades grandes, nas quais o legado do mundo colonial luso-brasileiro possui alguma vigência). Viram-se diante do branco sob o peso total das exigências da "sociedade competitiva", com as desvantagens oriundas de sua falta de socialização para o trabalho livre, a economia de mercado e o estilo de vida urbano, mais as limitações nascidas de arraigadas avaliações restritivas ou negativas, responsáveis por diversas modalidades de preconceito ou de discriminação raciais (fundadas na cor) e por sua consequente marginalização na ordem social competitiva.

Portanto, as razões que a tornam atípica e singular, no cenário histórico brasileiro, indicam-na como a cidade na qual se pode e se deve buscar respostas ao que o presente e o futuro reservam ao destino social e humano do negro, na era da civilização urbano-industrial. Primeiro, ela nos revela, com toda a dureza e com toda a clareza, que a *revolução burguesa* foi uma convulsão que apenas tocou nas bases econômicas, sociais e culturais do mundo dos brancos. O negro e o mulato ficaram à margem dos acontecimentos históricos e dos processos sociais que a engendraram. Segundo, a cidade também mostra que o negro e o mulato somente entraram no cálculo político dos brancos enquanto a escravidão contava como obstáculo histórico à revolução burguesa. Desagregado o regime servil e pulverizada a organização do trabalho escravo, ambos deixaram de ser relevantes como fonte de mão-de-obra, pois o imigrante passou a contar como o elemento central da reestruturação

do sistema de relações de produção. Forjou-se, assim, um paradoxo. A sociedade de classes herdou os padrões de relações raciais, elaborados sob a escravidão, e manteve as principais iniquidades que pesavam sobre os "libertos" na ordem social escravocrata e senhorial. Não obstante, os negros e mulatos pouco ou quase nada conseguiram fazer para alterar o terrível curso da história, já que não possuíam condições econômicas, sociais e educacionais para enfrentar vantajosamente o período de transição, nem dispunham de meios culturais e políticos para se protegerem da catástrofe que se abateu sobre o *meio negro*.

Os seis capítulos que compõem este livro retratam os diversos aspectos da situação histórico-social que se criou sob o signo da revolução burguesa e da consolidação da ordem social competitiva. Nos dois extremos, estão as páginas mais tristes: da verdadeira ruína material e moral, que era a "vida do negro" na cidade, durante o primeiro quartel do século XX; e se acham as páginas mais esperançosas: do laborioso e discutível êxito das pequenas "élites de cor", constituídas sob a importância crescente dos migrantes nacionais nos últimos surtos industriais. No conjunto, o livro demonstra que o branco não tem consciência clara da situação racial imperante na cidade. Mascara a realidade, porque não se sente prejudicado ou ameaçado, direta ou indiretamente, pela presença de pouco mais de 10% de negros e mulatos na população global. Entretanto os enganos e o farisaísmo da ideologia e da utopia raciais, construídas no passado e sob a égide da escravidão, como se fosse possível combinar o "espírito cristão" com a ignorância da pessoa, dos interesses e dos valores do "outro". Apega-se e mantém, assim, o *preconceito de não ter preconceito*, limitando-se a tratar o "negro" com tolerância, entretendo o velho cerimonial de polidez nas relações entre "pessoas de raças diferentes" e excluindo dessa tolerância qualquer sentido ou conteúdo propriamente igualitário. O livro também sugere que são vários os caminhos que levam o "negro" a se ver em função da imagem do "homem de cor", que o branco constrói e manipula com a maior desenvoltura. Uns sucumbem a essas influências reativas, outros reagem contra ela. De qualquer maneira, todos sofrem, no plano da consciência social da situação e no do comportamento, as consequências de um baixo ponto de partida, do farisaísmo do branco e das ambivalências ou indecisões que as frustrações resultantes instilam tanto no ânimo do "negro conformista" e do "negro transfuga"

quanto no ânimo do "novo negro". O *protesto negro*, que exprimi o clímax de sua capacidade de preocupar-se e de lutar pela *Segunda Abolição*, afirmou-se como um protesto dentro da ordem, como se uma minoria impotente pudesse conduzir uma revolução através da mudança das leis e dos costumes. Ele possui um enorme valor, como marco histórico e como evidência do poder assimilacionista da sociedade inclusiva. Mas deixa patente que, mantidas as atuais condições econômicas, sociais e políticas, o altruísmo, a nobreza e a elevação dos movimentos sociais do meio negro não põem em questão as "injustiças" dos brancos ou da ordem social existente, porque o *protesto* acabou se transformando num valor em si mesmo, como se o negro tomasse a si a tarefa histórica de exibir uma integridade que os brancos não possuem na auto-identificação com os valores fundamentais da civilização vigente.

Se a sociedade brasileira fosse menos indiferente à "questão racial", o *protesto negro* provocaria profunda comoção nacional. Ao se pôr em causa e ao exigir dos brancos o seu quinhão de liberdade e de igualdade efetivas na ordem estabelecida, o "negro" tomou a si o papel de paladino da democracia, num país em que as *élites* tradicionais e as novas classes em ascensão preocupavam-se e lutavam pelo poder político ou pelo poder econômico, sem se importarem com as deformações do regime republicano e com a criação de um verdadeiro estilo democrático de vida. Assumia os riscos de construir uma contra-ideologia que o afirmava, historicamente, através daquilo que negava, convertendo-se numa espécie de *superbranco* e num campeão ingênuo mas íntegro da própria ordem social que deveria atacar e destruir. Portanto, vítima de duas explorações cruéis – a que se estabeleceu pela escravidão e a que resultara do modo pelo qual se concretizara a abolição – o "negro" não se insurge contra a ordem existente nem se volta contra os brancos. Ao contrário, propõe-se defender, para si e para os outros, os valores ideais dessa ordem social, embora eles não tivessem vigência senão para os brancos das classes dominantes ou em ascensão socioeconômica.

O livro funda-se em dados colhidos pacientemente, expurgados e criticados de maneira cuidadosa. Portanto, os relatos se baseiam em conclusões que se alicerçam em observações objetivas e que podem ser

comprovadas por outros investigadores.⁴ Não obstante, em nenhum momento da pesquisa, da classificação e interpretação dos dados ou mesmo da exposição o autor pretendeu ser "neutro". Não há neutralidade possível diante de tal realidade. Pode-se, como parte do treino científico, aprender-se a ser objetivo. Contudo, se a ciência nos conduzir à indiferença diante dos valores fundamentais da civilização, das manifestações violentas ou pacíficas do etnocentrismo e do preconceito racial, ou dos efeitos de qualquer tipo de discriminação, ela não mereceria ser cultivada nem poderia fornecer a única via, que ainda nos resta, para a reconstrução das bases morais da vida humana em nossa era. A investigação ajudou-nos a compreender a propalada "democracia racial brasileira" como parte de uma complicada situação econômica e sociocultural, que expõe o branco a procurar subterfúgios e disfarces à sua impotência para dotar a sociedade brasileira de condições reais de equidade social, em todos os níveis das relações humanas. Doutro lado, ela também fortaleceu a nossa convicção de que o cientista social preenche papéis intelectuais altamente construtivos, ao elevar à esfera de consciência social aspectos da vida em sociedade que não são devidamente percebidos e explicados pelos agentes humanos. Ao desempenhar essa função de clarificação da consciência social e de alargamento do horizonte intelectual médio, o cientista social presta um grande serviço à sua comunidade nacional. Se for ouvido e, principalmente, se o conhecimento objetivo da situação se acompanhar de movimentos de reconstrução social, o conhecimento produzido pode se tornar muito útil para a calibração de mudanças sociais progressivas essenciais ao equilíbrio ou à transformação da ordem social. No caso brasileiro, é óbvio que o conhecimento sociológico, em instâncias análogas à presente, é suscetível de conduzir à verdadeira democracia, que não pode repousar em mitos, entretidos consciente ou inconscientemente. Se o brasileiro –

especialmente o branco brasileiro – abandonar o "preconceito de não ter preconceito" e aprender a tratar o *negro* não apenas como um ser humano, *in abstracto* e em termos de contato categórico, mas como alguém igual a si mesmo sob todos os aspectos e em todas as circunstâncias, e aprender o que livros como este podem ensinar sobre tal assunto, o Brasil se converterá rapidamente numa genuína democracia racial.

É provável que a instauração de uma democracia racial autêntica seja mais fácil no Brasil que nos Estados Unidos ou na África do Sul, por exemplo. Existem na situação racial brasileira potencialidades favoráveis a uma transição pacífica e mais ou menos rápida nessa direção. Tudo vai depender das oportunidades de igualdade econômica, social e educacional que forem conferidas aos "negros". No entanto, ao contrário do que se costuma pensar, na sociedade brasileira também existem potencialidades desfavoráveis a esse desfecho, em si mesmo o único desejável. Essas potencialidades aparecem tanto na perplexidade e na frustração do elemento humano mais interessado – o negro e o mulato – quanto na completa indiferença e na omissão crônica do branco. E são agravadas pela atuação de dois outros fatores, que começam agora a ser melhor conhecidos. Primeiro, o regime de classes absorveu e continua a absorver estruturas sociais arcaicas na esfera das relações raciais, necessárias no antigo mundo social da sociedade escravista. A economia de mercado, o trabalho livre e a modernização institucional não eliminaram, como se poderia presumir, essas estruturas, o que faz com que o estoque de estereótipos contra o "escravo" ou o "liberto" continuem a ter vigência, referindo-se explicitamente ao "negro", e com que o velho padrão tradicional de relação racial assimétrica continue a devastar a segurança e as perspectivas históricas do *homem de cor*. Segundo, nas condições atuais, criadas pela sociedade competitiva, o negro e o mulato brasileiro dificilmente poderão congregarem-se em movimentos sociais típicos de minorias insatisfeitas e insurgentes. O novo negro tende a abrir o seu caminho de forma independente e agressiva. Mas propende a resguardar-se através de um egoísmo individual frio e realista. Em consequência, corre o risco de combinar, em proporções inesperadas, "êxito econômico" ou "sucesso profissional" com malogros morais, forçando por sua vez a solução que o próprio branco prefere – de "contentar o negro", colocando-o, porém, fora de seu caminho. Nesse caso, a sociedade de classes abre vias tortuosas nas relações entre negros e brancos,

4 Uma pesquisa feita independentemente do levantamento do autor e antes da publicação deste livro, que só foi aproveitada de maneira assistemática e parcial, revelou que o quadro aqui descrito se reproduz mesmo numa área que se supunha de "êxito marcante" do negro ou do mulato. Cf. João Baptista Borges Pereira, *Cor, profissão e mobilidade. O negro e o rádio de São Paulo*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, p. 99-261.

que precisam ser conjuradas prontamente e com ânimo radical. Não há outra saída, para que a democracia racial passe de mito a realidade histórica na cena brasileira.

O presente trabalho foi escrito segundo alvos cognitivos que valorizam a análise macrosociológica e as possibilidades cognitivas inerentes à exploração concomitante de critérios sincrônicos e diacrônicos de descrição e interpretação dos dados de fato. Por isso, tendo-se em vista as orientações predominantes na investigação sociológica nos Estados Unidos, talvez pareça inadequada a atenção dispensada aos aspectos das relações raciais que seriam enfatizados em abordagens microsociológicas. Os fenômenos que Simmel chamaria de "microscópicos" não foram propriamente negligenciados. Contudo, foram observados, descritos e interpretados em termos de um ponto de vista geral que convertia tais aspectos em meros substratos de fenômenos mais complexos, dos quais o autor extraiu e isolou os fatores ou efeitos de significação heurística. Esse ponto de vista geral corresponde, *grosso modo*, à perspectiva de interpretação que Wright Mills defendeu com muita propriedade: "Without use of history and without a historical sense of psychological matters, the social scientist cannot be adequately state the kinds of problems that ought now to be orienting points of his studies. (...) But the view of man as a social creature enables us to go much deeper than merely the external biography as a sequence of social roles. Such a view requires us to understand the most internal and 'psychological' features of man: in particular, his self image and his conscience and indeed the very growth of his mind. It may be well that the most radical discovery within recent psychology and social science is the discovery of how so many of the most intimate features of person are socially patterned and even implanted. Within the broad limits of the glandular and nervous apparatus, the emotions of fear and hatred and love and rage, in all their varieties, must be understood in close and continual reference to the social biography and the social context in which they are experienced and expressed. (...) The biography and the character of the individual cannot be understood merely in terms of milieu, and certainly not intirely in terms of the early environments – those of infant and the child. Adequate understanding requires that we grasp the interplay of these intimate setting with their larger structural framework, and that we take into account the transformations of this framework, and the consequent effects upon milieu. When we understand social structures and

structural changes as they bear upon more intimate scenes and experiences, we are able to understand the causes of individual conduct and feelings of which men in specific milieux are themselves unaware".⁵

Um ponto de vista geral dessa natureza permite compreender e explicar processos psicossociais e socioculturais no contexto do funcionamento e da transformação estrutural da sociedade global. Portanto, o conhecimento teórico resultante é menos relevante para os aspectos psicossociológicos da manifestação e consequências do preconceito e da discriminação raciais, que para os seus aspectos histórico-sociológicos e estruturais-funcionais. Não obstante, suponho que esta obra traga alguma contribuição de maior interesse para a investigação comparada. A situação de contato racial brasileira não é tão importante por ser *neutra* em relação a ambos os fenômenos. Mas porque, nela, o preconceito e a discriminação raciais se manifestam de modo brando, difuso e assistemático. Por essa razão, ela apresenta interesse comparativo específico. Seja porque é, em si mesma, uma ilustração exemplar de uma alternativa típica de contato racial. Seja porque permite evidenciar, pela comparação, a natureza e a estrutura dos motivos que dinamizam a acomodação racial, em contraste com o conflito racial. Nesse sentido, por paradoxal que pareça, a passagem da "acomodação" ao "conflito" não é um índice negativo em face da emergência de uma democracia racial. Ao contrário, parece ser uma fase inevitável da transição nas condições em que o ritmo da desagregação do regime estamental e de castas, inerente à escravidão, apresenta intensidades desiguais no mundo negro, no mundo branco e na sociedade nacional considerada globalmente. Se essa interpretação for aceita como correta, então o conflito e a intensificação do conflito constituem evidências de uma progressiva democratização dos padrões de relações raciais. Ao inverso, a acomodação racial, em condições de capitulação passiva do negro ou de aceitação, por sua parte, de extrema desigualdade social, econômica e educacional evidenciam a persistência de formas de estratificação racial pré e antidemocráticas, quaisquer que sejam os padrões de decoro, de tolerância ou de simpatia envolvidos nos contatos sociais entre pessoas e grupos de pessoas pertencentes a categorias raciais diferentes.

5 C. Wright Mills, *The sociological imagination*, Nova York, Grove Press, 1960, p. 143 e 161-162.

* * *

Tendo em vista obrigações contraidas especialmente em consequência da edição norte-americana deste livro, gostaria de agradecer o empenho de vários amigos e colegas norte-americanos, que tornaram possível a tradução do trabalho. Devo especial menção a Charles Wagley, que demonstrou, de várias formas, o seu proverbial despreendimento, generosidade intelectual e amor ao Brasil. Richard Morse, por sua vez, tornou-se digno de igual reconhecimento, pelos mesmos motivos. Jacqueline Quayle e Ariane Brunel fizeram da versão inglesa uma obra que possui méritos próprios, no que foram auxiliadas por Phyllis Eveleth, que se encarregou da parte editorial. Às três sinto-me extremamente reconhecido, por me darem uma colaboração anônima tão construtiva e criadora. Ao Institute of Latin American Studies da Columbia University devo mais do que simples agradecimentos. Não fora a oportunidade de convivência e de trabalho, que ganhei juntamente com a condição de *visiting-scholar*, é provável que esta tradução nunca viesse a lume e na presente forma. Por sua vez, devo à Columbia University Press, em particular através de seu diretor executivo, Bernard Gronert, uma simpatia genuína e estimulante, que me ajudou a correr os riscos de enfrentar um público tão diverso daquele para o qual a obra foi escrita originalmente. Espero que o livro justifique a colaboração e incentivo que recebi dessas pessoas e instituições, ajudando-nos a criar melhor compreensão e relações intelectuais mais profundas entre o Brasil e os Estados Unidos.

São Paulo, 18 de abril de 1968.